

A stylized graphic of a building facade, rendered in white and yellow. The building features a prominent archway on the left side and a series of rectangular windows or openings. The background is a solid yellow color.

**EDUCAÇÃO
E REALIDADE**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

EDUCAÇÃO E REALIDADE

2

Porto Alegre, maio de 1977

UNIVERSIDADE EXTRA-MURAL: Uma experiência em Educação Não-Formal

*Terezinha Maria Vargas Flores**

APRESENTAÇÃO

"Aquele que se dedica à Educação Não Formal é um experimentador e um par tilhador" (Ted W. Ward)

O presente artigo relata a etapa inicial de uma experiência nascida, originalmente, do "Curso de Extensão Universitária sobre Educação Não Formal" promovido pelo D.E.E. desta Faculdade de Educação e desenvolvido pelo Dr. Ted W. Ward (USAID), em setembro de 1975. Foram fontes de inspiração as experiências e sugestões colhidas entre os professores: Nilva C. Postal Bristoti, Juan J.M. Mosquera e Lea C. Fagundes. Trata-se da fusão de um trabalho teórico com uma sondagem de caráter prático efetuada pelos seguintes alunos da graduação, 2º Semestre, 1975: Alzira Silva, Gládis Fleischmann, Haydée Ávila, Kepler Oliveira F.º, Luiz Carlos Gomes, Maria Hermínia Alves e Sandra Mara Bergmann.

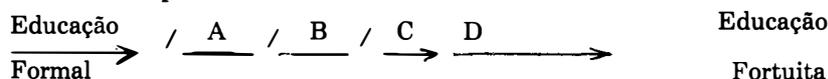
I PARTE: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E ESTRATÉGIAS

1. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Ted W. Ward (1975) afirma que é impossível conceituar Educação Não Formal. Pode-se, no entanto, caracterizá-la segundo os problemas a ela subjacentes: (a) Juventude fora da escola; (b) demanda por habilidades específicas e (c) isolamento sócio-político. A primeira área de problemas se refere a programas e estratégias voltados para jovens que não freqüentam a escola e que são substitutos para a mesma, como por exemplo: TV educativa, Projeto Minerva, Supletivos etc. A segunda área compreende instituições e projetos que visam especificamente a desenvolver habilidades, por exemplo: ASCAR, SESI, SESC etc. A terceira área, que interessa ao presente trabalho, abrange as populações marginalizadas (pobres, mendigos, moradores de malocas). Pode-se, ainda, caracterizar a Educação Não Formal distinguindo-a da Educação Formal, ou ainda, dizendo o que ela não é.

* Mestre em Educação. Profa. do Departamento de Estudos Básicos, da Faculdade de Educação, UFRGS.

Áfirmam VELANDIA & VARGAS (1973): “Em termos muito gerais, entende-se por Educação Não Formal aquela que se dá fora dos centros ou projetos planejados, regulamentados, controlados e executados pelo Ministério de Educação ou outras organizações de educação privada. Isto não exclui que alguns projetos de Educação Não Formal mantenham certas relações com o sistema formal“. Os mesmos autores apresentam um “Continuum de Projetos de Educação Não Formal” assim representado:



Segmento A: Programas e Projetos que dependem diretamente do Ministério de Educação.

Segmento B: algumas relações com o Ministério de Educação.

Segmento C: nenhuma relação com o Ministério de Educação.

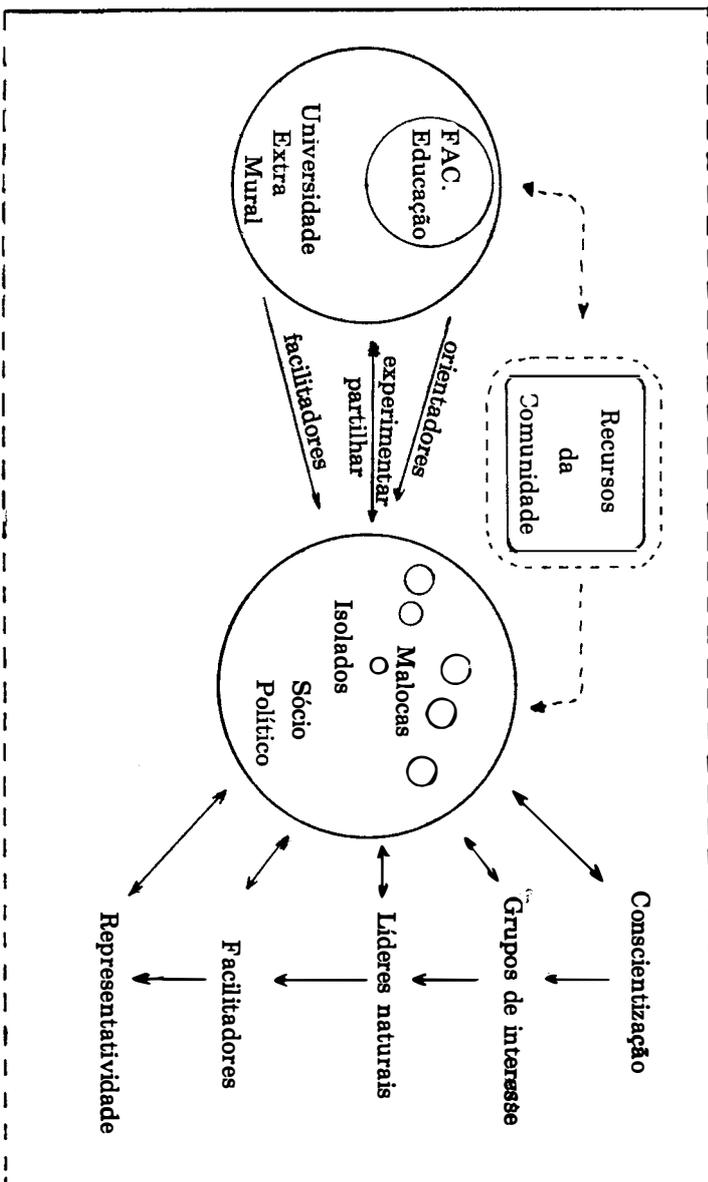
Segmento D: educação fortuita, isto é, aquela sem nenhum grau de estruturação aparente.

Afirmam VELANDIA & VARGAS (1973): “...a distinção entre projetos de educação formal e projetos de educação não formal e projetos de educação formal tem que se basear na presença ou ausência de determinados atributos ou características e que não existe, em realidade, uma dicotomia taxativa entre uma e outra categoria, mas sim um *continuum* que se estende desde o puramente formal até o não formal e o fortuito”.

Este *continuum* parece abranger, ao longo de seus segmentos, as áreas-problema analisadas por Ted Ward. Este, juntamente com SAWYER (1974), esclarece a diferença entre os dois pólos: “O termo escolarização é bem mais descritivo do que Educação Formal, para denotar a espécie de educação particular promovida pelos estabelecimentos de ensino. Educação Não Formal usualmente indica que espécie de educação é “não-escolar” (...) As agências formais são comumente relacionadas com a educação em seu propósito primário; educação não formal é vista mais como um meio do que como fim”.

Os preconceitos existentes entre os dois termos são bastante fortes e talvez tenham suas raízes na própria educação formal. Por exemplo: se tomarmos uma parte da chamada “escolarização” que é o ensino universitário, constataremos barreiras e defasagens entre o que é desenvolvido dentro das “paredes” da Universidade e o que é, na verdade, o contexto real da vida humana. A própria UNESCO, através do Relatório FAURE (1972), proclama que “as universidades estão submetidas tanto pela força das coisas quanto pela crítica social e intelectual, a pressões crescentes que tendem a exigir do estabelecimento universitário que ele se adapte de modo mais dinâmico às realidades e às necessidades de um mundo em rápida mutação”.

De que maneira?



QUADRO ESQUEMÁTICO DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIVERSIDADE EXTRA-MURAL E OS ISOLADOS SÓCIO-POLÍTICOS: OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, RECURSOS E AVALIAÇÃO.

promoção: de isolado sócio-político a cidadão participante

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE EXTRA-MURAL

FAURE (1972) insiste no princípio de “desformalização das instituições”, apresentando uma gama de formas, de meios para concretização de tal princípio. Um deles é a “Université Sans Murs”, cujas características, segundo o relatório da UNESCO (1972) seriam, dentre outras: programa individual destinado a responder às necessidades e aos interesses de cada estudante; estudos organizados para cada estudante de modo individual, ou por grupos de estudantes; cada estudante deve passar ao menos a metade do ano universitário no centro de experimentação de um campus, etc.

Para que se tenha uma idéia bem clara e objetiva do que sejam esses programas, pode-se exemplificar com o bem conhecido Projeto Rondon, ou ainda com o Department of Extra-Mural Studies of the University of Nigeria, Nsukka, Nigeria. A este respeito, DOYLE (1974) escreve: “O Departamento de Estudos Extra-Murais é aquela agência da Universidade que tem a capacidade, orientação e recursos para servir a sociedade maior, fora das paredes da instituição. O objetivo é levar a Universidade a repartir seus conhecimentos, faculdades e recursos com aqueles que estão fora dos programas orientados grau por grau”.

O presente trabalho é uma tentativa teórico-prática em torno de possíveis estratégias para um Programa do tipo “Universidade Extra Mural”, ou universidade sem muros, restrito ao âmbito da Faculdade de Educação da UFRGS.

3. PROBLEMA

Basicamente, o foco proposto é o seguinte: é possível encaminhar alunos de graduação da Faculdade de Educação, UFRGS, para experiências de Educação Não Formal? É praticável a idéia de promover intercâmbio entre os integrantes dos cursos de formação de professores e as populações marginalizadas (isolados sócio-políticos, segundo Ted W. Ward)? Há interesse, por parte dos alunos, em organizar estudos individuais ou em grupos, a fim de manter contato direto com os que estão fora dos programas oficiais de educação?

Os princípios que envolvem estas indagações são: o da necessidade de experimentação e o da necessidade de troca. Em outras palavras, trata-se de INVESTIGAR (no campo da Educação Não Formal) e de PARTILHAR (base da Universidade Extra-Mural).

4. ESTRATÉGIAS

As estratégias dirigem-se aos marginalizados, moradores de vilas pobres de Porto Alegre (malocas), engraxates, jornaleiros, presidiários, etc. - situados na terceira área-problema estabelecida por Ted W. Ward (isolamento sócio-político). Numa ordem de complexificação crescente, apresentam-se as estratégias em etapas a seguir descritas:

I ETAPA — Conscientização dos orientadores e facilitadores

É importante que, num primeiro momento, orientadores (professores) e facilitadores (alunos) definam seus propósitos dentro do enfoque não formal da educação. Não se trata de estabelecer objetivos fechados, inflexíveis, mas sim de clarear os princípios de investigação e troca. Nesta fase, deve ficar bem claro o que seja Educação Não Formal e quais são suas áreas de abrangência.

II ETAPA — Treinamento de facilitadores

Os facilitadores recebem a orientação e treinamento necessários no sentido de não atuarem com objetivos pré-determinados mas de se sensibilizarem para os objetivos das pessoas com as quais vão lidar. O treinamento abrange Dinâmica de Grupo, Relações Humanas, tendo como base princípios de Filosofia, Sociologia e Psicologia da Educação Não Formal.

III ETAPA — Contato com a realidade

Os facilitadores entram em contato com a população-alvo (marginalizados: moradores de malocas, engraxates, presidiários etc.). Visitas e conversas informais podem levar à formação natural de grupos com os mais diversos interesses. Por exemplo: grupos de mães (interesse pelos filhos, alimentação, higiene; interesse pela moradia, como fazer acolchoados, como iniciar uma horta, etc.); grupos de crianças (interesse por jogos, brincadeiras, aprendizagem de ofício; engraxar sapatos, consertar bicicletas etc.); grupos de homens (interesse em discutir a melhor maneira de conseguir um emprego, de consertar a casa, objetos etc.).

Enfim, o trabalho difícil de descobrir e discutir interesses, e de reunir esforços em torno de um objetivo comum, por mais simples que possa ser (ou parecer aos que estão “fora” da situação marginalizada).

IV ETAPA — Descoberta e valorização de “líderes naturais” nos grupos

Os líderes naturais que surgem nos grupos são facilitadores em potencial. Cabe ao facilitador (universitário) ter sensibilidade para localizá-los e reuni-los para discussões e troca de experiências num nível mais complexo. Debatendo os objetivos de seus grupos, os facilitadores em potencial atingem a compreensão do papel que podem desempenhar junto aos seus iguais, podendo surgir o desejo de assumir a coordenação do próprio grupo. O facilitador inicial (universitário) retira-se, então, do contato direto com os grupos, deixando o líder natural como facilitador. Pode surgir a necessidade de reunir em um grupo esses facilitadores “naturais”, para reflexão e avaliação do trabalho realizado em cada grupo.

V ETAPA — Sub-Programas especiais para cada grupo

Numa crescente complexificação das atividades dos grupos, pode surgir um enriquecimento das reuniões, introduzindo-se recursos concretos (tecnológicos, artísticos, didáticos). Por exemplo: um grupo pode determinar a necessidade de adquirir máquinas de costura, equipamento de salão de beleza; ou de organizar um teatro infantil, uma cooperativa para venda de produtos do próprio grupo (artesanato, roupas, hortaliças, acolchoados etc.).

VI ETAPA — Representatividade dos grupos — Participação

Bastante utópico*, mas extremamente desejável e necessário é este passo na evolução dos grupos, envolvendo como que uma “mutação”, pois abre um leque de perspectivas em participação sócio-política (no seu sentido mais lato e abrangente). É a descoberta, pelo grupo, da necessidade de ser representado pelos seus coordenadores (facilitadores naturais). Estes são responsabilizados pelos seus grupos para tratarem de seus interesses e genuínas aspirações. Por exemplo, gestionar junto aos órgãos competentes, questões como rede de água e esgoto, saneamento, iluminação, Centros de Comunidade, creches, arborização, Centros de Saúde etc.

* Parece existir um “conluio ” entre os membros de um grupo, para que a situação estabelecida não seja modificada. As pessoas não querem mudar. Leia-se, a este respeito, a dissertação de Mestrado da Profa. Marisa F.Eizirik, DEBAS, Curoso de Pós-Graduação em Educação, UFRGS.

Estas etapas formam uma rede flexível em que cada uma depende e liga-se fortemente às demais; entretanto, pode-se efetivar somente uma ou algumas etapas, independentemente das demais. Por exemplo: os interesses restritos às necessidades primárias, uma vez atendidos, podem determinar a extinção das atividades em dado grupo.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser constante, partindo de dentro dos próprios grupos, em função dos objetivos auto-determinados. A atuação de facilitadores e orientadores é revisada e refletida periodicamente, tendo em vista um ponto principal: a **PROMOÇÃO DA PESSOA HUMANA**, o respeito às etapas, a paciência de esperar que seja atingido, em sua base, o objetivo mais geral: transformar o isolado sócio-político em cidadão participante.

6. RECURSOS

São possíveis ao menos duas fontes de recursos: os da própria comunidade (indústrias locais, entidades do tipo Cruz Vermelha, Fundações etc.); e os financiamentos, transformando-se o programa em projetos através de contratos com órgãos financiadores de pesquisa, ou afins.

II PARTE — ESTUDO PILOTO: Relatório da sondagem feita por alunos da disciplina Psicopedagogia do Adolescente, II Semestre, 1975.

A Sondagem aqui relatada revestiu-se de um caráter eminentemente prático. Procurou-se atender às exigências da disciplina Psicopedagogia do Adolescente (aulas práticas, elaboração de uma Monografia tendo como base um trabalho de campo) e, ainda, pretendeu-se sondar até que ponto é possível sensibilizar o estudante universitário para o trabalho e o intercâmbio junto aos marginalizados.

I ETAPA: Conscientização dos estudantes para a Educação Não Formal

Inicialmente, a professora propôs para os estudantes o debate sobre a discutida Educação Não Formal, apresentando as idéias de Ted Ward, desenvolvidas no Curso de Extensão sobre Educação Não Formal, Faculdade de Educação, UFRGS, 1975. À medida em que os

alunos foram se aprofundando nos fundamentos teóricos da Educação Não Formal, foi surgindo a motivação por um trabalho a partir desta abordagem.

II ETAPA: Formação de grupos de trabalho; treinamento dos facilitadores.

Formaram-se, então, grupos de trabalho, conforme os interesses dos estudantes: grupos que trabalhariam em vilas de malocas, ou junto aos engraxates da Praça 15, ou no Presídio Municipal, ou na FEBEM, no Instituto Santa Luzia, etc.

Os alunos receberam orientação e planejaram sua atuação, levando em consideração as pessoas que seriam atingidas, o lugar onde atuariam, como deveriam proceder. O princípio norteador, nesta etapa, foi o da experimentação, isto é, foram delineados planos de investigação, dentro das linhas metodológicas básicas da pesquisa científica.

III ETAPA: Contato dos facilitadores com a realidade.

Os grupos de universitários trabalharam durante um mês (outubro) em cada local escolhido. Por exemplo: um grupo atingiu 34 adolescentes engraxates, de 12 a 18 anos, do Centro de Porto Alegre.* Outro grupo trabalhou com presidiários de até 20 anos, do Presídio Municipal de Porto Alegre. Outro grupo fez um estudo comparativo entre os menores do sexo masculino e os do sexo feminino, atendidos pela FEBEM, Porto Alegre. E assim por diante.

Destaca-se um destes trabalhos, pela continuidade que vem tendo e como possível experiência-chave para a testagem deste Programa:

Orientador: Profa. Terezinha M.V. Flores.

Facilitadores:

Alzira Silva, Gladis Fleischmann, Haydée Ávila, Kleper Oliveira Fº, Luiz Carlos Gomes, Maria Hermínia Alves e Sandra Mara Bergmann.

Local: Vila Moreira, em Porto Alegre.

Data de início: 1º de outubro de 1975.

Objetivos principais (levantados pelos estudantes): “(a) orientar o adolescente para a sua integração na sociedade e oportunizar-lhe participação no atendimento da necessidade social; (b) pesquisar as condições e atender às aspirações de pessoas necessitadas.”

* Os interessados podem procurar os relatórios (Monografias) destes trabalhos junto à Profa. Terezinha Flores, DEBAS da Faculdade ou Educação, UFRGS.

Os universitários pretendem demonstrar que são capazes de “executar trabalhos que envolvam as teorias aprendidas em sala de aula, dispondo seu tempo para a execução de uma causa, paralelamente a um conjunto de soluções para o problema existencial do adolescente, tornando-o útil e aumentando a sua auto-confiança, despertando o seu espírito de liderança”.

São, portanto, dois os alvos da sondagem que ora se relata:

1) *Grupo de Jovens* — Trata-se de um entre vários grupos que estão surgindo na comunidade como “um fenômeno praticamente novo, cuja proliferação teve início há dois anos. Através de clérigos, orientadores e professores, os jovens procuram respostas que não encontram em casa ou em seu meio natural. São adolescentes de 11 a 19 anos, filhos de pais desquitados, órfãos criados por tios, avós ou irmãos mais velhos, cujas necessidades mais prementes são de ordem afetiva e social”.

2) *Vila Moreira* — em (Porto Alegre) habitada “essencialmente por operários, por sub-empregados e desempregados, com suas famílias, por vezes numerosas. As condições de vida são precárias, com relação à habitação, alimentação, vestuário, condições de higiene e saúde”.

PROCEDIMENTOS

Basicamente, durante o mês de outubro, foram três os procedimentos utilizados:

(a) Coleta de recursos e materiais, em firmas e residências da comunidade;

(b) Organização do Dia da Criança;

(c) Consertos e melhorias nas habitações (malocas) da Vila.

A coleta de recursos e materiais (tábuas, pregos, forrações, telhas, etc.) se fez durante toda a sondagem, e por todos os membros do grupo, inclusive a orientadora. Esta atividade oportunizou maior contato e amizade entre os membros do grupo, bem como maior conhecimento das reais necessidades da vila em questão.

Os universitários relatam: “Para estabelecer os primeiros contatos, visando a uma aceitação por parte da população-alvo, da nossa presença e colaboração, realizamos uma distribuição, no Dia da Criança, de balas, pirulitos, bolachas e outros brindes, às crianças da Vila. Ainda nesta ocasião, foram organizados jogos e brincadeiras com as crianças, contato com as mães e documentação desta atividade (fotos e relatório para a Monografia).

Prossegue o relato: “Realizamos duas reuniões onde se estabeleceram as metas seguintes e distribuição de tarefas constituídas em arrecadar materiais para a reconstrução de uma das “malocas” da vila.

A entrega deste material efetuou-se no dia 26 de outubro, estando já iniciada a reconstrução.

Finalmente, afirmam os alunos: “Queremos salientar que até a presente data (fins de outubro, entrega do relatório) o trabalho encontra-se em fase inicial, sendo impossível qualquer avaliação definitiva. Apenas podemos dizer que houve a participação integral dos membros do grupo e que estamos motivados e dispostos a continuar o trabalho”.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

À primeira vista, um relato tão simples e sem pretensões como o que se fez acima pode parecer insignificante e de pouco valor científico. Contudo, se forem revisados aqueles fundamentos teóricos colocados no início deste artigo, constatar-se-á que, realmente, as experiências em Educação Não Formal são extremamente simples, mas nem por isso menos importantes. A essência do Curso de Extensão ministrado pelo Dr. Ted Ward (1975) é exatamente esta: que em matéria de educação não formal, se fazem coisas simples e despreziosas.

Uma análise qualitativa do trabalho ora em relato aponta para aspectos positivos e falhas, abrindo perspectivas para próximas etapas:

1. Relativamente à orientação da professora, há necessidade de manter maior contato com outros professores buscando a integração* deste trabalho; também de continuidade na orientação dos facilitadores, buscando a melhoria de seus desempenhos e maior sistematização na pesquisa.
2. Há necessidade de continuar a realização de sondagens, com maior sistematização e melhor documentação; necessidade, também, de que os dados coletados sejam comunicados e debatidos dentro e fora dos grupos realizadores.
3. Com relação à Vila Moreira, segue-se o necessário levantamento sócio-econômico da mesma, abrindo caminho para posteriores estratégias. Uma vez efetuado um levantamento científico e bem orientado, poderá ser desenhado um projeto que, devidamente encaminhado, obterá recursos para a continuidade dos trabalhos.
4. Uma vez provada a possibilidade de integração entre universitários e isolados, social e politicamente, poderá ser discutida a generalização da experiência, em termos de transformação desta atividade em disciplina (Educação Não Formal), no âmbito da Faculdade de Educação, UFRGS.

* Há outras experiências similares sendo realizadas isoladamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOYLE, L.A. Non Formal Educational Programs Within a Formal Setting. *Program of Studies in Non-Formal Education. Case Studies*. Michigan State Univ., 1974, 128-219.
- FAURE, Edgar et alii. *Aprender à être*. Paris, UNESCO: Fayard, 1972.
- SAWYER, F.D. & WARD, T.W. The Case of the Disappearing Distinction: Formal and Non-Formal Education in China. *Programs of Studies in Non-Formal Education: Effective Learning*. Michigan State Univ., 1974, 324-365.
- VELANDIA, W.B. & VARGAS, E.A. Proyecto de Investigación No-Formal en Colombia. *Educación Hoy*, 1973, III, 18, 17-32.

SUGESTÃO DE MATERIAIS

Gravação do Curso de Extensão Universitária sobre Educação Não Formal, desenvolvido pelo Dr. Ted W.Ward, Fac. Educação, UFRGS, setembro/1975: gravação feita pela Profa. Maria Carmen Rosa de Souza, do D. E. E.

Publicações sobre Educação Não Formal fornecidas pelo Prof. Ted W.Ward: encontram-se na Biblioteca da Fac. de Educação.

Documentação da experiência relatada neste artigo, slides e fotos: encontram-se com os autores, D.E.B.A.S.. sala 907.